



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/08/2016

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. COMARCAS.....	1
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2
3. JORNAL CORREIO POPULAR	
3.1. DECISÕES.....	3
3.2. VARA CRIMINAL.....	4
3.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	5 - 8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	9
4.2. DESEMBARGADOR.....	10
5. JORNAL EXTRA	
5.1. DESEMBARGADOR.....	11
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. POSSE.....	12
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. COMARCAS.....	13
8. JORNAL O PROGRESSO	
8.1. DECISÕES.....	14
8.2. PRESIDÊNCIA.....	15 - 16
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. AÇÕES TJMA.....	17
9.2. COMARCAS.....	18
9.3. DESEMBARGADOR.....	19 - 20
9.4. JUÍZES.....	21
9.5. PLANTÃO NO TJMA.....	22
9.6. POSSE.....	23 - 24
9.7. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	25

ORDEM JUDICIAL

Polícia Civil cumpre mandado de prisão no município de Viana

A Polícia Civil, por meio da Delegacia Especializada da Mulher (DEM) do município de Viana e da 15ª Delegacia Regional de Barra da Corda, deu cumprimento ao mandado em desfavor de Raimundo Domingos Soeiro Costa, conhecido "Duduzinho". Segundo informações repassadas pela delegada titular Sara Lima Bonfim, a ordem judicial contra "Duduzinho" foi expedida pela 2ª Comarca de Viana, por tentativa de feminicídio praticado contra a sua ex-companheira. Delegada Sara informou, ainda, que no dia 20 deste mês "Duduzinho" teria deferido golpes de faca na vítima, que foi socorrida por populares. A arma utilizada na empreitada delituosa foi apreendida pela Polícia Civil.

Domingos Soeiro foi conduzido para a Delegacia Especial da Mulher, onde tomou ciência do mandado de prisão. Após o procedimento, foi encaminhado para Sistema Penitenciário de Viana.

CELERIDADE

TJMA começa a receber recursos em formato eletrônico

Desde a última segunda-feira (1º de agosto), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) passou a receber as apelações e remessas necessárias por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe), no âmbito da Justiça de 2º Grau.

Outro recurso a ser recebido através do novo suporte será o agravo de instrumento (recurso protocolado diretamente no Tribunal), inclusive para impugnação de decisões proferidas em processos físicos de natureza não criminal, nos termos da Comarca da Ilha (Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís), além dos pedidos de efeitos suspensivos.

Os agravos de instrumento poderão ser peticionados pelos advogados, defensores e procuradores, de qualquer lugar, desde que tenha acesso à Internet. Os mencionados recursos serão enviados diretamente ao gabinete do desembargador relator do processo, em meio virtual, não passando mais pelo Protocolo do Tribunal.

O juiz Roberto Abreu, coordenador do Comitê Gestor para Implantação do PJe, explica que as demais classes processuais serão incluídas posteriormente e de forma gradativa.

Além das classes citadas, o magistrado ressalta que também serão inclusos, nessa primeira etapa, recursos inerentes, recursos constitucionais, embargos de declaração, agravos internos, incidentes de demandas repetitivas etc., chamadas de classes satélites (oriundas de outras já existentes e autorizadas para tramitarem em meio eletrônico).

“Esse período de transição

dependerá dos investimentos feitos pelo Tribunal de Justiça, em infraestrutura e qualificação de servidores, de acordo com o Orçamento, e da adaptação dos servidores, magistrados e demais operadores do Direito, no ambiente do PJe”, pontuou o juiz.

Ele acrescenta que essa nova fase irá conferir mais agilidade e praticidade à tramitação processual, além da economia de recursos utilizados nos processos físicos (toner, capas etc.) e nas comunicações eletrônicas. “O processo eletrônico estará disponível a todos os operadores do Direito, simultaneamente, 24 horas por dia, durante toda a semana”, esclarece.

PRIORIDADE– As questões preferenciais, amparadas por lei para resoluções urgentes, como as que envolvem pessoas idosas, serão devidamente respeitadas. Além disso, o TJMA continuará recebendo processos físicos, a exemplo de apelações. A ordem cronológica de trabalho nos gabinetes obedecerá às prioridades dos processos físicos que já tiverem chegado anteriormente.

TREINAMENTO – Servidores que trabalham na Diretoria Judiciária e em Câmaras Cíveis (Isoladas e Reunidas) participaram de um treinamento sobre o PJe, com a explanação de suas características principais, manuseio e alimentação do sistema, ministrado no último dia 27, pelo juiz Roberto Abreu e pelo analista de sistemas da Diretoria de Informática, Rodrigo Silveira, que realizou a simulação de um julgamento no 2º Grau.

Governo garante cobrança de ICMS em operações de importação de carvão mineral

Em sentença proferida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na quarta-feira (27), a liminar que acarretava perda de R\$ 25 milhões por ano ao Estado do Maranhão foi casada. Em sessão, os desembargadores negaram por unanimidade um recurso requerido pela empresa Itaqui Geração de Energia S/A contra decisão do presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha.

A decisão do TJMA se deu após o desembargador Cleones Cunha ter acatado o pedido de suspensão de liminar ajuizado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), contra decisão do juiz de Direito da 3ª Vara da Fazenda de São Luís, que impedia a cobrança de ICMS em operações de importação de carvão mineral para a empresa Itaqui Geração de Energia S/A.

O plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão acolheu os argumentos da PGE, reafirmando a competência do presidente do TJMA para apreciar o pedido e o grave dano às finanças públicas, acarretado pela decisão que impedia a cobrança do tributo. A nova decisão judicial resgata a legalidade da cobrança para obtenção de recursos para financiar as políticas públicas do Estado.

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, explicou que o Executivo estadual estava



Divulgação

sendo prejudicado com a concessão de benefício, que foi concedido irregularmente durante a gestão anterior. "Essa decisão é importante porque o Estado estava tendo uma perda de R\$ 25 milhões por ano", frisou. (Secap)

Justiça em Codó condena a 18 anos de cadeia homem que abusava de menina e tirava fotos



Divulgação

Nilson Rodrigues do Nascimento.

Uma sentença proferida pela 2ª Vara de Codó condenou um homem que abusava sexualmente, tirava fotos e gravava vídeos de uma menina de seis anos de idade.

De acordo com a sentença, Nilson Rodrigues do Nascimento teria perdido um estojo com documentos pessoais, celular e diversos cartões de memória. O estojo foi encontrado e entregue na FC TV e remetido para a Delegacia de Polícia que, ao analisar o conteúdo do cartão de memória, acabou encontrando as fotos de criança em situação de abuso sexual.

De acordo com a denúncia, ele estava sendo acusado dos crimes de estupro de vulnerável e fotografar cena pornográfica envolvendo criança. Foi deferida a prisão preventiva do acusado, que era tido como um evangélico na Zona Rural, fato que facilitava a sua entrada na comunidade. O fato teve grande repercussão pela força do acaso e pelo crime praticado, a criança (vítima) de apenas 06 anos foi ouvida através do sistema de depoimento especial, tendo inclusive demonstrado sentimento pelo acusado.

A defesa alegou insanidade mental de Nilson, pedindo pela absolvição, tese não acatada. O processo foi presidido e sentenciado pelo juiz titular da 2ª Vara, Holidice Cantanhede Barros. Ele enfatizou que a Justiça sempre alcança aos infratores de crimes hediondos. Após, toda instrução o acusado foi sentenciado a uma pena justa de 18 anos, 02 meses e 20 dias de reclusão em regime fechado.

Narra a denúncia que o acusado levava a vítima, de apenas 6 anos de idade, para sua casa, localizada no Povoado Santa Rita do Deusdete, zona rural de Codó. Lá, ele entregava um vídeo game portátil, colocava a vítima em posições sensuais e tirava fotos dela. "Relata a acusação que a ação delituosa foi descoberta porque o acusado veio até esta cidade e perdeu um estojo contendo uma carteira porta-cédulas, cor preta, 14 cartões de memória, 02 adaptadores para cartões de memória, um chip e seu RG. O referido estojo foi encontrado e devidamente entregue no prédio onde funciona a empresa FC TV e Rádio, pois é um costume local deixar objetos e documentos perdidos em via pública em emissoras de rádio e televisão", diz a sentença.

"É de se consignar o entendimento pacífico da doutrina e da jurisprudência no sentido de que os relatos circunstanciados de vítimas, em delitos sexuais, constituem, por si só, prova convincente para a condenação do acusado, tendo em vista que as declarações das vítimas é elemento fundamental de prova, às vezes o único nestes delitos, comumente praticados às escondidas dos olhares alheios", relatou o juiz.

E segue: "Assim, diante do conjunto probatório dos autos resta comprovado que o réu Nilson praticou ato libidinoso, consistente em passar a mão sobre a região genital da vítima, menor de 14 anos, bem como fotografou cena pornográfica envolvendo a citada ofendida. Cabe assinalar também que restou comprovado durante a instrução probatória, mormente da análise dos depoimentos supratranscritos, a incidência da causa de aumento de pena prevista no §2º, II, do artigo 240, do ECA, vez que o acusado se valeu da relação de hospitalidade para colocar em prática seu intento criminoso, isto é, cometeu o delito mediante o favorecimento das constantes visitas que a infante fazia a sua residência".

E conclui: "Por fim, tendo sido reconhecido concurso material, nos termos do artigo 69, do Código Penal, como as reprimendas anteriormente obtidas, encontrando a pena definitiva de 18 (dezoito) anos, 02 (dois) meses e 20 dias de reclusão e 21 (vinte e um) dias-multa, cada um no equivalente a 1/30 do salário-mínimo vigente ao tempo do fato delituoso. Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2º, a, do Código Penal, deverá o sentenciado iniciar o cumprimento da pena em regime fechado". (TJMA)

Entrevista - Gilmar Pereira

Autor de livros infantis

O escritor de livros infantis e membro da Academia Imperatrizense de Letras, Gilmar Pereira, tem muitas histórias para contar, e nem sempre tão belas como as que colorem seus livros. Com oito obras lançadas e a conquista do Prêmio Literário de Imperatriz, o autor ainda enfrenta dificuldades como escritor em Imperatriz. A falta de valorização da literatura e dificuldades de vender seus livros já quase o fez desistir da carreira.

Como surgiu o seu interesse pela literatura infantil?

Sempre gostei muito de livros, ler e escrever. Comecei a escrever há 35 anos, no início com poesias, depois descobri que na literatura infantil, havia um espaço muito grande. Depois de casado e com dois filhos, vi a necessidade de escrever a literatura para eles. Também Imperatriz não tinha ninguém que escrevia até então poesia e literatura infantil, e passei a explorar esse gênero.

Onde busca inspiração para escrever?

Inicialmente foram os meus dois filhos. Os três primeiros livros infantis "O menino e a Lagoa", "Gil e Gilmar" e a "Bela Amortecida", fiz em dedicação a eles que gostam de ouvir histórias. Busco inspira-

ção sempre nos meus filhos.

Como divulga seu trabalho?

Em parceria com escolas, junto com a Fundação Cultural, e a Vara da Infância e da Juventude. Participo do Projeto Arte e Cidadania nas Escolas, onde nas sexta-feiras vamos visitar os centros de ensino e sempre levo meus livros. Vistio também outras colégios, escolas particulares, apresento meu trabalho. Os meus livros são indicados para serem trabalhados em sala de aula, principalmente na faixa etária infanto-juvenil.

É um trabalho reconhecido com parte da cultura imperatrizense?

Por muito tempo a literatura ficou esquecida aqui na cidade. Com a fundação da Academia de Letras, demos um salto bem grande. Começou a busca das pessoas para apresentarem seu trabalho que escreviam e não divulgavam. A publicação de livros aumentou. Nós escritores já não estamos isolados. De certa forma meu trabalho é reconhecido, onde eu chego sou bem aceito, principalmente nos colégios.

Quais foram os seus maiores desafios ao longo

Hyana Reis

“

*Os meus livros
são indicados para
serem trabalhados
em sala de aula”*

da carreira de escritor e atualmente?

A falta de patrocínios é a principal delas. As publicações sempre saem do meu bolso. De todas as minhas obras somente dois. “O camaleão que queria ser gente” e “a Bela Amortecida” contaram com apoio de instituições. Falta incentivo dos empresários, de órgãos públicos, projetos. Tem muitos editais, por exemplo, do Banco do Nordeste, que libera recursos, mas não sei elaborar os projetos e acabo ficando esquecido.

TJMA começa a receber recursos por meio eletrônico

Tribunal diz que essa nova fase irá conferir mais agilidade e praticidade à tramitação processual

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) já está recebendo, desde ontem, as apelações e remessas necessárias por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe), no âmbito da Justiça de 2º Grau.

Outro recurso a ser recebido através do novo suporte será o agravo de instrumento (recurso protocolado diretamente no Tribunal), inclusive para impugnação de decisões proferidas em processos físicos de natureza não criminal, nos termos da Comarca da Ilha (Paço do Lumiar, Raposa, São José

de Ribamar e São Luís), além dos pedidos de efeitos suspensivos.

Agravos

Os agravos de instrumento poderão ser peticionados pelos advogados, defensores e procuradores, de qualquer lugar, desde que tenha acesso à Internet. Os mencionados recursos serão enviados diretamente ao gabinete do desembargador relator do processo, em meio virtual, não passando mais pelo Protocolo do Tribunal.

O juiz Roberto Abreu, coordena-

dor do Comitê Gestor para Implantação do PJe, explica que as demais classes processuais serão incluídas posteriormente e de forma gradativa. Além das classes citadas, o magistrado ressalta que também serão inclusos, nessa primeira etapa, recursos inerentes, recursos constitucionais, embargos de declaração, agravos internos, incidentes de demandas repetitivas etc., chamadas de classes satélites (oriundas de outras já existentes e autorizadas para tramitarem em meio eletrônico).

“Esse período de transição dependerá dos investimentos feitos pelo Tribunal de Justiça, em infraestrutura e qualificação de servidores, de acordo com o Orçamento, e da adaptação dos servidores, magistrados e demais operadores do Direito, no ambiente do PJe”, pontuou o juiz. Ele acrescenta que essa nova fase irá conferir mais agilidade e praticidade à tramitação processual, além da economia de recursos utilizados nos processos físicos. ●

Congresso de Direito

A seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA), vai realizar, no período de 9 a 11 deste mês, o IV Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia.

O tema do congresso é “Democracia, Justiça e o Código de Processo Civil: Os Desafios da Pós-modernidade no Contexto Ibero-Americano”. E as inscrições já estão abertas.

Pelo menos duas presenças internacionais já estão confirmadas: Maria Esther Matínez Quinteiro, professora titular de História Contemporânea da Universidad de Salamanca (Espanha) e Giovanni Bonato, doutor em Direito Processual Civil - Università Degli Studi di Roma La Sapienza e Universidade de Paris.

Congresso de Direito 2

Pelo Maranhão, estão escalados para fazerem palestras grandes pesquisadores com destacada atuação no Direito.

A palestra de abertura do Congresso, dia 9, no Hotel Luzeiros, será feita pelo desembargador Paulo Velten, mestre e doutor em Direito pela PUC/SP, que abordará o tema “Os Impactos da Reforma do Código de Processo Civil para a Advocacia”.

Outro palestrante de referência no assunto será o diretor da Escola Superior de Advocacia da OAB-MA, João Batista Ericeira.

Na tarde do dia 10, ele discorrerá sobre o tema “Democracia, Direito e Advocacia na Ibero-América”.

Congresso Internacional discutirá Direitos Humanos

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB-MA), por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA), realizará, no período de 9 a 11 de agosto, o IV Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia. O tema do congresso este ano é “Democracia, Justiça e o Código de Processo Civil: Os Desafios da Pós-modernidade no Contexto Ibero-Americano”.

As inscrições estão abertas e podem ser realizadas pelo site www.oabma.org.br. Os valores são: estudante (R\$ 120,00), Advogados (R\$ 180,00) e demais interessados (R\$ 250,00). Para maior conforto e comodidade dos interessados, o pagamento das inscrições é online e no próprio site da OAB-MA.

Presenças ilustres estão confirmadas como Maria Esther Matínez Quinteiro, professora titular de História Contemporânea da Universidad de Salamanca Espanha, que falará sobre “O Sistema Ibero-Americano de Direitos Humanos: Os Desafios da Advocacia”; Giovanni Bonato, doutor em Direito Processual Civil - Università Degli Studi di Roma La Sapienza e Universidade de Paris – que atualmente é professor visitante na Universidade Federal do Maranhão, e falará sobre “Questões Processuais e contemporâneas”.

Pelo Maranhão, estarão palestrantes grandes pesquisadores e atuantes no Direito. Na palestra magna de abertura do Congresso, dia 09, às 19h no Hotel Luzeiros, o desembargador Paulo Velten, mestre e doutor em Direito pela PUC/SP, que conduzirá o tema “Os Impactos da Reforma do Código de Processo Civil para a Advocacia”. Outra referência no assunto será o diretor da Escola Superior de Advocacia da OAB-MA, João Batista Ericeira. O tema a ser abordado por ele será “Democracia, Direito e Advocacia na Ibero-América”, no dia 10/08, às 15h.

CONCURSO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, acompanhado da diretora-geral, Isabella Lago, recebeu ontem (1º), sete candidatos, aprovados no último concurso público para preenchimento de vagas de juiz de Direito substituto do Judiciário. Os concursados conversaram com o presidente sobre a possibilidade de o Judiciário maranhense nomear mais magistrados para as sete comarcas que ainda estão vagas, além de mais juízes substitutos. "A princípio, temos a intenção de chamar mais cinco ou sete juízes para tomarem posse no mês de setembro, a fim de conseguirmos manter todas as comarcas do Judiciário com juízes titulares", afirmou o presidente. Entretanto, a possível nomeação dependerá dos estudos financeiros e orçamentários que serão feitos. A situação financeira em que se encontra o Poder Judiciário do Maranhão foi, inevitavelmente, assunto do encontro, principalmente no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal e possíveis mudanças que possam ocorrer em breve, caso o Projeto de Lei Complementar nº 257/16 seja aprovado.

EM VIANA

Polícia Civil cumpre mandado de prisão

A Polícia Civil, por meio da Delegacia Especializada da Mulher (DEM) do município de Viana e da 15ª Delegacia Regional de Barra da Corda, deu cumprimento ao mandado em desfavor de Raimundo Domingos Soeiro Cos-

ta, conhecido “Duduzinho”. Segundo informações repassadas pela delegada titular Sara Lima Bonfim, a ordem judicial contra “Duduzinho” foi expedida pela 2ª Comarca de Viana, por tentativa de feminicídio praticado contra

a sua ex-companheira. Delegada Sara informou, ainda, que no dia 20 deste mês “Duduzinho” teria deferido golpes de faca na vítima, que foi socorrida por populares. A arma utilizada na empreitada delituosa foi apreendi-

da pela Polícia Civil.

Domingos Soeiro foi conduzido para a Delegacia Especial da Mulher, onde tomou ciência do mandado de prisão. Após o procedimento, foi encaminhado para Sistema Penitenciário de Viana.

Caso Pedro Ventura: justiça pronuncia irmãos Teotônio a júri popular

No mesmo despacho, o juiz Marco Antonio de Oliveira revogou a prisão de Daniel Teotônio Ribeiro



Arquivo/O PROGRESSO

Justiça pronuncia Cícera Célia, Daniel

A Justiça pronunciou os irmãos Cícera Célia Teotônio Ventura e o irmão, Daniel Ribeiro, a júri popular, por autoria do assassinato e ocultação de cadáver do microempresário Pedro Brandão Ventura, fato ocorrido no dia 28 de agosto de 2015.

Foi pronunciada também Samara Araújo Teotônio, mulher de Daniel, juntamente com Célia Teotônio, no que tange ao delito previsto no artigo 347, do código penal (inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir o erro o juiz ou o perito), combinado com o artigo 29, também do Código Penal (quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua

culpabilidade).

Samara e Célia lavaram o sangue de Pedro Ventura no quarto do casal, onde ele foi morto a tiros. Por esse motivo, Samara cometeu, junto com Célia, fraude processual.

O juiz Marco Antonio Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, que decretou a pronúncia dos réus, não definiu a data do julgamento. Segundo o que consta em sua decisão, o magistrado definiu por só marcar a data, quando da preclusão processual, ou seja, não tiver mais nenhuma chance da defesa entrar com recurso. No atual estágio, cabe recurso em instância superior.

PREVENTIVAREVOGADA - Neste mesmo despacho, o magistrado revogou a prisão preventiva de Daniel Teotônio

Ribeiro. Segundo o juiz, não obstante a gravidade dos fatos delituosos imputados ao mesmo, é possível concluir que medidas cautelares diversas de prisão, mostram-se eficazes e suficientes no caso concreto para acautelar a ordem pública, evitando-se a continuidade das ações desenvolvidas pelo acusado. Daniel passou a responder os crimes a ele imputados, em liberdade, mas não está livre do Tribunal do Júri. Além disso, terá de cumprir as determinações da justiça, como não frequentar bares e similares, não sair da comarca, entre outras.

SENTENÇA DE IMPRONÚNCIA: o magistrado, impronunciou Laércio Ribeiro Teotônio de todos os crimes que lhe são imputados. Portanto, o acusado está livre de qualquer acusação.

Laércio já está em liberdade desde o mês de maio, tendo em vista que na ocasião a justiça revogou sua prisão e agora o impronunciou de todos os crimes. Quando do seu depoimento, após o achado do corpo de Pedro Ventura, Cícera Célia já tinha inocentado Laércio de qualquer envolvimento no crime.

Ato de instituições públicas na PGJ repudia PLP 257

Com a participação de membros e servidores do Ministério Público do Maranhão, Judiciário, Defensoria Pública do Estado, Tribunal de Contas do Estado e Assembleia Legislativa foi realizado nesta segunda-feira, 1º, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, um diálogo pelo fortalecimento das instituições democráticas e contra o Projeto de Lei Complementar 257/2016, que tramita em caráter de urgência na pauta de votações da Câmara dos Deputados.

Idealizado pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, o evento contou com as presenças dos deputados federais maranhenses Rubens Pereira Júnior (PCdoB), João Castelo (PSDB) e José Reinaldo Tavares (PSB). Mesmo ausente o deputado Zé Carlos (PT) enviou mensagem em que se manifesta de forma contrária ao projeto. Outros parlamentares da bancada maranhense justificaram a ausência e se manifestaram contra o projeto, conhecido como "projeto de lei do juízo final."

Também estiveram presentes as entidades classistas do Ministério Público e do Judiciário, além dos dirigentes dos sindicatos de servidores do Ministério Público, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Executivo Estadual.

Francisco das Chagas Barros de Souza, subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos; Mariléa Campos dos Santos Costa, subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos; Suvamy Vivekananda Meireles, corregedor-geral; procuradores e promotores de

justiça também participaram do evento.

De autoria do Governo Federal, o projeto, encaminhado ao Congresso Nacional em março deste ano, busca promover o refinanciamento das dívidas dos estados com a União e alterar dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para Luiz Gonzaga Coelho, o PLP 257 pode representar o desmonte do serviço público brasileiro. "Não somos contra o refinanciamento da dívida e nem a imposição de limites para os gastos, mas não podemos aceitar a imposição de tantos sacrifícios às instituições, o que atingirá duramente a sociedade", argumentou.

"Se for aprovada essa proposta, o trabalho de instituições que fiscalizam os recursos públicos e atuam no combate à corrupção será ferido de morte, pois ficarão com suas estruturas fragilizadas, o que inviabilizará o seu funcionamento", completou.

IMPACTO SOBRE O MPMA

O procurador-geral apresentou um estudo sobre o impacto das medidas no Ministério Público do Maranhão. Caso sejam aprovadas, o limite de gastos da receita corrente líquida, que atualmente está em 1,87%, subiria para 3,68%, ultrapassando os 2% destinados aos MPs para o pagamento de pessoal.

Conforme o PLP 257/2016, fica transferida para a rubrica "despesas com pessoal" algumas contas que antes não

estavam previstas, como valores das gratificações, gastos com funcionários terceirizados, salários de estagiários e pagamentos de pensões e aposentadorias.

Nessa perspectiva, de acordo com o estudo, haveria uma necessidade de adoção urgente de medidas para redução de despesas no MPMA, que atingiria R\$ 181 milhões em 10 anos, com a obrigatoriedade de demissões e cortes de benefícios.

Segundo as projeções, já em 2017, ocorreriam 143 demissões de servidores requisitados e terceirizados (motoristas e serviços gerais, respectivamente), o que atinge um índice de 50% desse contingente, além do corte total dos auxílios alimentação e de moradia.

Até 2026, prazo final para implementação das imposições do projeto de lei, o quadro de servidores efetivos da instituição poderá ficar 98% menor, sem servidores comissionados e requisitados e sem serviços básicos essenciais, como atendimento, protocolo, motoristas, assessores. Em todo o MPMA, restariam apenas 13 analistas ministeriais.

Os presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado, respectivamente desembargador Cleones Cunha e conselheiro Jorge Pavão, além do defensor-geral do Estado, Werther Lima Júnior, também manifestaram, por meio de números, suas preocupações com o futuro das instituições que dirigem e solicitaram aos parlamentares maranhenses que votem con-

tra o projeto. "Estamos sendo penalizados como se fôssemos os responsáveis pelos problemas econômicos do país", comentou Cleones Cunha.

Vice-presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem), o promotor de justiça Carlos Augusto Soares destacou que, apesar da gravidade do problema que pode ser gerado com o PLP 257, poucos têm conhecimento do seu teor. "Não podemos aceitar a mutilação das instituições, a pretexto de refinar a dívida dos estados, com o que todos concordamos. É um projeto absolutamente inconstitucional, pois retira direitos adquiridos e impossibilita o acesso à justiça", enfatizou.

O deputado Rubens Pereira Júnior elogiou a iniciativa do encontro e afirmou ser contrário à aprovação do PLP 257, assim como a bancada do seu partido. "O projeto tem vício de inconstitucionalidade e fere a autonomia dos estados", opinou.

José Reinaldo Tavares e João Castelo também se manifestaram contrários e se comprometeram a levar para toda a bancada maranhense e aos demais deputados o temor das instituições públicas do estado em relação ao projeto.

Ao final do evento, autoridades presentes, representantes sindicais e das entidades classistas assinaram um documento que será encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados e aos parlamentares da bancada maranhense.

(José Luís Diniz /
CCOM-MPMA)



Presidente do TJ também mostrou preocupação com efeitos do PL 257

Fotos: Carolina Prazeres (CCOM-MPMA)



Público marcou presença em ato pelo fortalecimento das instituições democráticas



Carlos Augusto Soares, vice-presidente da Ampem, destacou que poucos conhecem projeto de lei

- O Tribunal de Justiça passou a receber, desde ontem (1º), as apelações e remessas necessárias por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe), no âmbito da Justiça de 2º Grau.

Mutirão da Cidadania reúne mais de 500 pessoas em Arame

A juíza Selecina Locatelli está divulgando os resultados do II Mutirão de Cidadania, realizado na Comarca de Arame no período de 18 a 21 de julho. Entre os números mais significativos, destaque para as 171 audiências de registro tardio e para o quantitativo de 557 pessoas que participaram das palestras sobre registro civil e sobre violência doméstica e familiar. Durante o mutirão foram realizados 122 atendimentos a indígenas, referentes a 47 atendimentos para emissão de registro geral e 75 para CPF.

Além desses, a coordenação do mutirão enfatizou os 938 atendimentos do Projeto Viva Cidadão. Esses números se referem à emissão de registro geral, CPF e certidões. “As ações do segundo mutirão de cidadania deram continuidade às atividades de emissão de documentos da população, como registro de nascimento, RG, CPF, carteira de trabalho e outros serviços. Esta programação foi idealizada para responder ao pleito de inclusão de uma grande parcela de aramenses excluídos das políticas públicas. A população participa massivamente das atividades em busca de sua dignidade”, relatou Selecina.

O mutirão teve a coordenação da Comarca de Vara Única de Arame, em parceria com o Estado do Maranhão, Município de Arame, FUNAI e Cartório Extrajudicial de Registro. “Realizamos o mutirão este ano junto com a semana de valorização da mulher. Foram dois grandes eventos de cidadania”, ressaltou a magistrada. Entre outros serviços oferecidos: emissão de contas de água, energia e telefone; Programa “Aprendendo com a Lei Maria da Penha”; e emissão de antecedentes criminais da Justiça Federal e Estadual.

*Etelvina Luiza Ribeiro Gonçalves, desembargadora aposentada,
e José Max Pereira Barros, deputado estadual. Aniversariam
hoje.*

Direito

De 09 a 11 de agosto, será realizado em São Luís, no Hotel Luzeiros, o IV Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos e Advocacia, promovido pela Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB-MA. Vão atuar como palestrantes o ministro Sérgio Kukina (STJ), desembargador Paulo Velten (TJMA), advogado João Batista Ericeira (ESA) e os professores Maria Esther Quinteiro (Universidade de Salamanca), Giovanni Bonato (UFMa), Dimas Salustiano (UFMa) e Thiago Allison de Jesus (Cuema).

Luis Gonzaga Almeida Filho, juiz de direito. Aniversaria sábado.

- Os juízes José Afonso Bezerra de Lima (9ª Vara Criminal) e Lúcia Helena Barros Heluy da Silva (juíza auxiliar) respondem, de ontem (1º) até domingo (7), respectivamente, pelos plantões criminal e cível.
- Contato com as equipes: (98) 98802-7484 (Criminal) e (98) 98811-2153 (Cível). O plantão judiciário (cível e criminal) ocorre no período noturno de segunda a sexta-feira e durante 24 horas nos sábados domingos e feriados.
- Óbito - O Fórum Des. Sarney Costa mantém também plantão para registro de óbito. No plantão noturno (das 18h às 8h), em agosto, está o Cartório da 3ª Zona (João Paulo), de segunda a sexta-feira, para os casos de urgência.
- Já sábado e domingo quem reponde pelo plantão (24h) de registro de óbito, respectivamente, são só cartórios da 5ª Zona (São Francisco) e da 1ª Zona (Centro). A equipe plantonista atende pelo telefone (98) 98112-2794.

Candidatos aprovados no concurso de juiz se reúnem com presidente do TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, acompanhado da diretora-geral, Isabella Lago, recebeu, ontem (1º), sete candidatos, aprovados no último concurso público para preenchimento de vagas de juiz de Direito substituto do Judiciário. Os concursados conversaram com o presidente sobre a possibilidade de o Judiciário maranhense nomear mais magistrados para as sete comarcas que ainda estão vagas, além de mais juízes substitutos. “A princípio, temos a intenção de chamar mais cinco ou sete juízes para tomarem posse em setembro, a fim de conseguirmos manter todas as comarcas do Judiciário com juízes titulares”, afirmou o presidente. “Entretanto, a possível nomeação dependerá dos estudos financeiros e orçamentários que serão feitos.”

A situação financeira em que se encontra o Poder Judiciário do Maranhão foi assunto do encontro, principalmente no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal e possíveis mudanças que possam ocorrer em breve, caso o Projeto de Lei Complementar nº 257/16 seja aprovado.

Os candidatos que participaram da reunião foram Azarias Cavalcante de Alencar, Glauce Ribeiro da Silva, Alexandre Sabino Meira, Urbanete de Angiolis Silva, Ricardo Augusto Figueiredo Moyses, José Ribamar Dias Júnior e Martha Dayanne Almeida de Moraes.

O último concurso público do TJMA foi lançado em 2 de outubro de 2012, para o preenchimento de 31 vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Juiz de Direito Substituto de Entrância Inicial.

Juiz toma posse em Paraibano

O juiz José Francisco de Souza Fernandes tomou posse no último dia 28, na Comarca de Paraibano, para onde foi removido por antiguidade da Comarca de Riachão, onde era titular. A posse foi dada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, com a presença do desembargador Bayma Araújo e da diretora-geral, juíza Isabella Lago. Ao empossar o novo juiz titular da Comarca de Paraibano, o desembargador Cleones Cunha desejou sucesso ao magistrado. O juiz José Francisco de Souza Fernandes disse que, no período em que esteve na Comarca de Riachão, foram necessárias três correições (duas extraordinárias e uma ordinária).

José Reinaldo

O deputado federal José Reinaldo Tavares escreve às terças-feiras para o Jornal Pequeno



REFORMAS INADIÁVEIS

Estamos sendo convocados pelo presidente da Câmara para votar projetos muito importantes para o equilíbrio financeiro do país. O primeiro deles, já em regime de urgência, é o PLC 257/2016 que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao equilíbrio fiscal. Deve ser votada hoje, terça feira.

Esse projeto foi mandado ainda no governo Dilma e adotado pelo governo Temer. É muito importante e só o Maranhão deve economizar mais de 300 milhões de reais por ano, em média até 2018. Dentro do projeto de Lei Complementar estão propostas alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal, muito duras, que podem criar grandes problemas para o Ministério Público Estadual, para o Tribunal de Justiça, para a Defensoria e para o Tribunal de Contas. Apertam os limites de despesa dessas instituições que já vinham apertadas. O Procurador de Justiça do Estado Dr. Gonzaga convidou os chefes dessas instituições para debater em reunião, ontem na sede da Procuradoria, juntos com os deputados federais. Lá, estivemos eu, Castelo e Rubem Junior. O momento é muito difícil porque

estamos em pleno período das Convenções Partidárias que escolherão os candidatos a prefeitos e vereadores além da convocação da Câmara.

Concordamos todos que a mediada é excessiva e devemos votar, nesse aspecto, por um substitutivo do deputado Esperidião Amim. Uma reforma muito importante deverá ser enviada em setembro, a da Previdência. Do jeito que está é insustentável e deverá mexer com muitas corporações. A votação será muito dura e difícil. Mas a alternativa é aumentar impostos em 10% do PIB o que é impossível de ser aceito pela população, já tão onerada. A Previdência do modo como está produz um déficit anual que já chega perto dos 170 bilhões de reais. Não tem como financiar um rombo desses.

Vamos esperar a proposta do governo para analisar, mas não há como não enfrentar esse problema.

Nesse final de semana estive na maior convenção partidária que já participei. Foi gigantesca, mais de vinte mil pessoas, foi em Timon, do meu partido o PSB, e homologou a candidatura à reeleição de Luciano Leitoa

que vem fazendo um trabalho extraordinário, com a ajuda do governador Flávio Dino que também participou. Depois estive em Santa Filomena, apoiando a candidatura de Idam, em Tuntum na Convenção de Tema que certamente será reeleito pelo excelente trabalho que desenvolve, a tempos no município. E ainda fui almoçar domingo em Grajaú com o Marinaldo, nosso candidato a prefeito.

Esse chamado da Câmara vai me impedir de estar presente em algumas convenções importantes para mim, durante a semana. Me desculpem amigos.

O Ministério da Educação entrou de vez no projeto do ITA no nosso estado, apoio imprescindível para o projeto. Neste mês, possivelmente no dia 12, estaremos todos reunidos na UFMA com os representantes do DCTA da Aeronáutica, do Reitor do ITA, do representante do Ministério da Educação, parlamentares, professores. Uma reunião muito importante para o projeto que é apoiado por toda a bancada do Maranhão.

Esse é um projeto fundamental para o futuro do nosso estado, e felizmente tenho encontrado todo apoio no governo do presidente Temer.